



A FORMAÇÃO DE EDUCADORES POPULARES E A NECESSIDADE DA PESQUISA

Fernanda dos Santos Paulo - UFRGS¹

Patrícia Rutz Bierhals - UFRGS²

Agência Financiadora: CNPq

“Não há docência sem discência” (FREIRE)

Resumo: O nosso principal objetivo é abordar a temática da *formação de educadores*, tendo como pressuposto a articulação entre a teoria e a prática através da pesquisa. Para tanto, tomamos como referência autores que vem discutindo a Educação Popular, principalmente as obras de Paulo Freire. Com isto, buscaremos apresentar algumas reflexões acerca da formação de educadores, trazendo o papel social e pedagógico dos Movimentos Populares e da universidade. Ponderamos que é inviável formar o educador distante da pesquisa, porém essa importância ainda não é prioridade em muitos cursos de formação, principalmente quando focamos para a pesquisa participante. Com isto, apresentamos uma discussão que aborda os saberes construídos na e pela experiência de participação de educadores/as em movimentos populares, bem como trabalhadores/as em contextos educativos. Assim, procuramos pontuar a temática em diálogo com uma experiência localizada em Porto Alegre, via Movimento de educadores Populares.

Palavras chaves: Formação. Pesquisa. Educação Popular. Movimento Popular.

Palavras Iniciais...

A temática da *formação de educadores* é o eixo central nesse texto, cuja intenção é a de abordar a necessidade da pesquisa na formação de educadores populares, tendo como pressuposto a articulação entre a teoria e a prática. Para tanto, tomamos como referência os livros de Paulo Freire, principalmente o “*Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*”.

Nossa aspiração é fazer algumas ponderações sobre o lugar da pesquisa na formação permanente dos/as educadores/as populares, tendo como referência a experiência de um

¹ Mestrado em Educação.

² Mestrado em Educação.

movimento urbano de educadoras populares, que é organizado em forma de associação, e está localizado em Porto Alegre/RS.

A Associação de Educadores Populares de Porto Alegre – AEPPA tem na sua gênese discussões no campo da Educação Popular relacionada às experiências de trabalhos dos/as educadores/as populares. Estes/as estão inseridos/as em espaços de trabalho de cunho não escolar (associações de bairro, moradores, amigos e ou culturais, nos clubes de mães, em sindicatos, etc.), e na sua grande maioria, são oriundos/as dos bairros populares, também espaço de militância e trabalho. Assim, as educadoras e educadores populares possuem um vínculo com a comunidade, o que as/os tornam referências nos locais onde são executados os projetos sociais.

Referente à escolaridade mínima exigida para alguns projetos sociais, ainda é o ensino fundamental completo, a exemplo da Educação Infantil executada nas creches comunitárias, via convênio entre Secretaria Municipal de Educação. Nesse contexto é exigido um curso denominado “*Educador Assistente*”. Já para os/as educadores e educadoras vinculados/as ao Serviço de Apoio Socioeducativo (SASE), a escolaridade mínima exigida é o Ensino Médio, sem necessidade de curso preparatório.

A Educação Infantil atende crianças de zero (0) a seis (06) anos incompletos e o SASE, crianças e adolescentes entre seis e catorze anos. O SASE, diferente da educação infantil das creches comunitárias, é desenvolvido no turno inverso ao da escola, desenvolvendo um trabalho aliado à educação, à saúde e à assistência Social, cujo público se encontra em situação de vulnerabilidade social.

Foi à participação de educadores/as populares (reconhecidos como leigos) em projetos sociais que levou a AEPPA, juntamente com seus associados/as, a lutar por formação a luz da Educação Popular. A demanda da formação em Educação Popular, é resultado da experiência advinda do trabalho dos/as educadores/as populares e da necessidade de conhecer o contexto dos projetos, os quais estão inseridos/as visando qualificar o trabalho nas comunidades.

É portanto, pela curiosidade de conhecer o seu contexto de trabalho de forma mais concreta e crítica, que surge a necessidade da pesquisa da realidade. Dessa necessidade de formação, advinda da experiência (Freire, 1967), que são interpretadas as legislações que apontam a necessidade da formação e da educação de qualidade. Nesse processo de pesquisar a realidade, é que se compreende, por exemplo, o conceito amplo de educação advogado tanto na Constituição Federal(1988, Art. 205), como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996, art. 1).

No dizer de Freire (2002, p.9), a curiosidade faz relação direta com a “questão da inconclusão do ser humano, de sua inserção num permanente movimento de procura”, com isto, o Movimento Popular, considerado como escola da vida (FREIRE; NOGUEIRA, 1989a, p. 66.), passa a se constituir como um lugar de reflexão e pesquisa. Nele, parece-nos que há possibilidades concretas do movimento da passagem da curiosidade ingênua a crítica.

Nesse sentido, a inserção social das/os educadores/as populares em espaços que promovem a participação, desde as associações, até, por exemplo, os Orçamentos Participativos (OPs), passa a ser um elemento fundante para pensarmos a pesquisa e a formação, como lugares da construção da “*curiosidade epistemológica*” (Freire, 2002).

É nessa direção, que a participação de alguns/as educadores/as em movimentos populares comunitários, que lutam por dignidade humana pode vir a servir de pistas para refletirmos qual o lugar da pesquisa na formação permanente dos/as educadores/as populares e as possibilidade de elaboração de um novo conhecimento, que fundamentalmente “implica a dialogicidade e a essencial troca intersubjetiva de saberes” (ZITKOSKI, 2007, p.238).

No entanto, a experiência de formação dos/as educadores/as populares pode vir a ser um elemento político-pedagógico fundante para se discutir, refletir e construir uma educação de qualidade social nos pressupostos da educação popular, e por isto, tão importante é refletirmos sobre qual formação temos e qual formação queremos?

Diante desses dois questionamentos, parece-nos imprescindível que as respostas sejam construídas em espaços coletivos de diálogos em torno do tema, que estejamos preparados para respondê-los e, por último, que estejamos abertos ao movimento de aprender e ensinar pela pesquisa.

Se, enquanto educadores/as não concebemos o pensar, o dialogar e o pesquisar como processos de libertação, tanto individual como coletivos (Triviños, 2003), dificilmente saberemos aprender como construir a transformação social tão almejada por nós, educadores e educadoras. Desta forma, a formação pela pesquisa, na relação teoria e prática, é uma das possibilidades de nos reconhecermos como sujeitos do próprio conhecimento e não objetos dele (Freire, 1994).

Nesses pressupostos, “formar é muito mais do que puramente treinar” (Freire, 2002), daí a importância da Pedagogia da Participação e da Pedagogia da Pergunta na formação do/a educador/a (Freire, 1998).

Para Freire e Faundez (1998, p.24), acerca da importância de se construir uma “*Nova Pedagogia*”, colocam que a “*curiosidade é uma pergunta*” e, portanto, a sua negação impossibilita o desenvolvimento do conhecimento crítico e transformador. A essa negação,

Paulo Freire denominou de “*castração da curiosidade*”, pois ela não permite a construção do conhecimento problematizador e de atitudes críticas, inviabilizando a formação pela e com a pesquisa.

Educadores e Educadoras Populares tendo como compromisso coletivo a luta por formação a luz da Educação Popular, buscam a construção dessa formação no diálogo permanente com os saberes adquiridos no trabalho e nos movimentos populares. Sendo assim, os conhecimentos adquiridos por meio da pesquisa do seu “universo temático” não significa que sejam transformadores e que possuam as dimensões éticas, políticas e pedagógica. Porém, possibilitam a partir da pesquisa e das problematizações interpretar esses universos para que, partindo dessas “descobertas”, possam construir e reconstruir novos conhecimentos.

Tomando que o ensino deveria estar entrelaçado com o ato de pesquisar, a formação passa a ter a necessidade de ser permanente, “*científica, a que não falte, sobretudo o gosto das práticas democráticas, entre as quais a de que resulte a ingerência crescente dos educandos e de suas famílias nos destinos da escola*”. (FREIRE, 1997, p. 11).

Sendo assim, para o movimento de Educadoras/es Populares, a AEPPA (constituída por sujeitos) educa e é educada a partir da pesquisa e do diálogo, como preconiza Freire (2002), “*quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Ensinar, aprender e pesquisar são indicotomizáveis*”. Portanto, compreender a luta e busca de formação para educadores/as populares, partindo da pesquisa e do diálogo, demanda a urgência de se conceber que a educação não é neutra e possui intencionalidades. Pois, “*é exatamente a sua politicidade, a sua impossibilidade de ser neutra, que demanda da educadora ou do educador sua eticidade*”. (FREIRE, 1997, p.40).

Parafraseando Freire em Pedagogia do Oprimido, “*o diálogo que critica*” (1994, p.6) promove a participação dos sujeitos históricos, e é condição prioritária para a formação pela pesquisa que se quer problematizadora e crítica, com vistas à transformação social.

Na visão de Freire (1994), o diálogo não é um produto histórico, é a própria historicização. Logo, é possível por meio do diálogo problematizador, a construção de formação que contemple a pesquisa nas dimensões: antropológica, epistemológica, ética e política (Zitkoski, 2007).

Cabe ressaltar que a organização das comunidades locais, em forma de movimentos populares, se constitui muitas vezes, como sendo um único espaço que promove processos participativos e dialógicos na busca da construção de saberes práticos para as resoluções de situações-problemas, advindos do cotidiano da classe trabalhadora. Nesse viés, cabe lembrar

que a Educação Popular tem como principal desafio, o empoderamento das classes populares, que pressupõe a passagem do pensamento ingênuo ao crítico.

Poderíamos citar muitos saberes adquiridos pela experiência da participação em movimentos populares, mas elegemos dez saberes que poderiam justificar a relevância da *Pesquisa na Formação*, a saber: 1) Aprende-se a lutar pela dignidade; 2) Aprende-se a lutar contra a exclusão; 3) Aprende-se a mobilizar moradores, o bairro e a cidade para denunciar os problemas e propor soluções; 4) Aprende-se a elaborar discursos, perguntas e respostas; 5) Aprende-se a elaborar planejamentos participativos; 6) Aprende-se a organização e a coordenação dos espaços; 7) Aprende-se a participar, a ouvir e a dialogar; 8) Aprende-se a criar estratégias de mobilização; 9) Aprende-se a negociar e a fazer encaminhamentos; 10) Aprende-se a fazer mediações de conflitos.

Sendo que, o educador e a educadora popular, nesses espaços de participação encontram um lugar possível de construir conhecimentos, através da troca de experiências por meio de diferentes saberes, oriundos da luta por melhores condições de vida.

Assim, a Educação Popular como instrumento político de conscientização vislumbra inédito-viáveis, capazes de serem constituídos dentro de uma unidade dialética sujeito-mundo, objetividade e subjetividade, teoria e prática (Freire, 1994).

Para Freire (1997), Brandão (2006b), Zitkoski (2007) e Paludo (2001), a Educação Popular assume uma posição de compromisso com a construção de uma sociedade emancipatória. Entretanto, toda prática social que se deseja ser popular é consubstanciada por reflexão crítica entre o pensar e o agir tendo como objetivo principal a transformação social.

Sendo assim, os saberes advindos da inserção social e da experiência do trabalho são elementos para que educadores e educadoras populares pensem, reflitam e proponham um projeto de ensino e pesquisa na perspectiva da Educação Popular. Desta forma, a partir de experiências e saberes, se ensina e se aprende com a pesquisa, cujo conteúdo da vida real e concreta se constitui como temas geradores dos processos formativos.

A Prática da Pesquisa: um encontro entre a Universidade e os Movimentos Populares

Há anos a nossa luta enquanto educadores e educadoras críticos é de não separar o trabalho da educação, a teoria da prática, o ensino da pesquisa, o corpo e da mente...Mesmo assim, ainda possuímos escolas e universidades que desenvolvem um trabalho parcelado

(Saviani, 2007), disciplinar e tendo como única função, a formação da mão de obra favorável para o “mercado de trabalho”.

Muitas de nossas escolas, ainda estão voltadas, somente para a formação de trabalhadores para o “mercado de trabalho”, ou para a aprovação no vestibular, com a finalidade de promover o ingresso dos/as estudantes nas universidades. Esta por sua vez, ainda está voltada para o modelo de desenvolvimento econômico, e, tem como prioridade a formação técnica.

Ultimamente, vivemos a era da burocratização e da necessidade de qualificação continuada, em virtude das grandes mudanças ocorridas pelo desenvolvimento acelerado de tecnologias e informações. Estas fazem germinar demandas da sociedade na universidade, principalmente no campo das exatas. Com isto, a universidade reafirma seu foco na formação técnico profissional, com vistas ao desenvolvimento econômico.

Um dos grandes desafios na formação de educadores, sejam eles trabalhadores/as em espaços escolares ou não, parece ser o de, primeiramente pensar o papel social da formação, da universidade e do trabalho político-pedagógico do/a educador/a.

Nesse contexto, a constituição de um processo de consolidação de uma nova universidade requer que pensemos coletivamente as relações entre Universidades-Comunidade- Movimentos Populares e Projeto de Sociedade.

Ana Maria do Vale (2001), nos ajuda a pensar possibilidades de aproximação entre escola/ universidade e as classes populares, que conforme o seu entendimento o primeiro passo seria o “*comprometimento*” desses espaços com o povo. Recorrendo a Gadotti (1994), a escola e a universidade, para deixar de cumprir um papel puramente burocrático, deveria ampliar o olhar de forma dialética (“*dentro para fora, de fora para dentro*”) dialogando com os movimentos sociais e populares.

Tanto na visão de Gadotti (1994) como na de Vale (2001), os movimentos populares que lutam pela Educação Popular, historicamente possuem uma participação e ou influência na “*elaboração de políticas sociais*” (Gadotti, 1994, p.6), por se constituírem “*canais de resistência à exploração da classe dominante e ao tipo de educação por ela produzida*” (VALE, 2001, p.67).

Os movimentos populares se constituem como espaço de luta “plena de educação”, aonde “entre si se ensinam e aprendem”. (BRANDÃO, 2006b, pg. 22), assim, a formação pela e com a pesquisa participante exige não só participação, mas também o compromisso, elemento caro a Educação Popular .

O comprometimento na superação da desumanização pressupõe um processo de politização, de partilha de diferentes saberes e a troca de experiências. Esse conjunto de práticas, segundo Brandão e Streck (2006a) é o ponto de partida do exercício da pesquisa participante, sobretudo quando indicamos como caminho coerente com a Educação Popular, a construção do conhecimento interdisciplinar e dialético.

No dizer de Saviani (2006), a politicidade na educação reside na sua função de socialização do conhecimento. Sendo assim, a formação de educadores populares e a necessidade da pesquisa, através da participação pode vir a contribuir nos processos de transformação da realidade, cujo mote é a garantia da dignidade humana.

Para Freire (1994) somente a formação que parta de uma pedagogia popular, dialógica, engajada e participativa busca a construção do conhecimento interdisciplinar (Freire, 1988). Nessa ótica, o conhecimento interdisciplinar se compromete com os processos de emancipação social.

Conhecer o legado freireano e as possíveis contribuições para a formação de educadores populares parece ser uma das formas de compreender que concepções de educação são inovadoras do ponto de vista da educação libertadora e que ligações a fazem com a pesquisa.

Quanto a isto serão citados trechos extraídos do livro *“Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa”* (Freire, 2002), que podem contribuir para pensar a formação pela e com a pesquisa, a saber: a) É necessário produzir condições para que se aprenda criticamente; b) Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino; c) aproveitar as experiências [...] e discutir a realidade concreta; d) superação da ingenuidade, associada ao saber de senso-comum; e) Discurso e prática andando juntos; f) Reflexão crítica sobre a prática; g) assumir-se como sujeito social e histórico, pensante, curioso, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos; h) A consciência do inacabamento; i) Aprender a conviver com os diferentes; j) Conhecer as diferentes dimensões da prática; l) Politicidade da prática, por não poder ser neutra; m) Ser sujeito esperançoso, comprometido e aprender a tomar decisões; n) A convicção de que a mudança é possível; o) Saber escutar, dialogar e perguntar; p) Compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo.

Nessa perspectiva, nesse livro a “questão da formação docente ao lado da reflexão sobre a prática educativo-progressiva em favor da autonomia, [...] é a temática central em torno de que gira este texto”. (2002, p. 6) e nele são apresentados os saberes necessários à prática educativa que se deseja transformadora.

O eixo central do livro de Freire é a formação, tendo como essência a politicidade do ato educativo, o diálogo problematizador e respeitoso, bem como a escuta sensível. Nas suas

palavras, toda educação é política, porque não existe neutralidade na prática educativa, e se não há neutralidade, a formação de educadores/as populares, através da pesquisa, pressupõe uma pedagogia comprometida com a emancipação social. Mediante esse pressuposto se faz necessário ter como horizonte de um projeto de sociedade fundamentado na concepção de ser humano e educação nos ideais de nossas opções. Sendo assim, se a educação que se quer é popular, está imbricado nela a participação, o respeito, a escuta e os diálogos como caminham para a conquista de um mundo mais humanizado.

Conforme Paludo (2001), as práticas oriundas da Educação Popular tem como base teórico-pedagógica a relação entre a prática e a teoria na construção do conhecimento e assinala uma proposta de educação, uma intenção, uma diretriz, um rumo, como também salienta Brandão (2002). Nesse sentido, Educação Popular e transformação social caminham juntas (Freire, 1994, 1997 e 2002).

Para os educadores e educadoras populares, os Movimentos Populares passam a ser a faculdade da vida e nesses espaços, aprendem “saberes necessários à prática educativa”, e por isto lutam pela democratização da escola, da universidade, e do conhecimento (AEPPA).

Logo surge um outro desafio para repensarmos a formação de educadores/as , e a construção de um novo conhecimento, significativo e transformador. Este emerge da vida cotidiana, dos saberes científico e dos saberes dos Movimentos Populares. Daí, a importância e necessidade da pesquisa como *postura crítica* (Freire, 2002) na construção de um saber transformador.

Problematizar a universidade, os seus modos de organização parece ser outro desafio para a construção de projeto de formação que leve em conta a leitura de mundo por meio da pesquisa participativa. Para tanto, é necessário repensar também o currículo dos cursos formativos, a forma de ingresso e permanência do/a educador/a nesse espaço educativo, a necessidade de uma interlocução com os Movimentos Populares e com o mundo externo à universidade. Inclusive parece ser necessário reinventar a universidade.

Propor um currículo inovador necessita mobilizar educadores, recursos, projetos, movimentos populares, educadores/as, por exemplo. Diante disto, emerge a demanda da pesquisa. Mas, para reconhecer esse processo como transformador, ele necessita ser permanente, ou seja, a prática da pesquisa teria de ser cotidiana num movimento dialético com o ensino e propostas de extensão. Parece ser fundamental que a universidade esteja aberta para receber o/a educador/a curioso/a que tem dentro de si um/a educador/a pesquisador/a.

Em relação aos educadores populares que já possuem experiência com o trabalho educativo, estes buscam um lugar para dialogar, pesquisar e refletir a própria prática a luz de um conhecimento crítico-problematizador. Essa busca parece ser por um espaço que se constitua como um lugar democrático, aberto e acolhedor.

Além de que, a formação pela pesquisa pode vir a contribuir para aproximação entre a Universidade e Escola, Escola e Comunidade, Universidade e Movimentos Populares, Comunidade e Universidade.

No caso da construção do conhecimento significativo, a pesquisa é fundamental para pautar, por exemplo, os problemas presentes na educação, às condições reais de trabalho e atuação profissional, a relação economia e educação, entre outros temas tão importantes na formação do educador e da educadora.

Para isto, é urgente a superação de visões e concepções fatalistas da educação por meio de uma educação crítica, capaz de suscitar a esperança mobilizadora na luta por uma educação pública, popular e de qualidade social. (Freire, 2002).

Transformar um contexto excludente em um lugar acolhedor e aberto às classes populares requer atitude, empoderamento, esperança, comprometimento, conhecimento e o reconhecimento que mudar é difícil, mas possível, conforme já dizia Freire (2002).

A exemplo das possibilidades, retomamos a experiência das educadoras e educadores populares organizados na Associação de Educadores de Porto Alegre – AEPPA que vem lutando pelo direito a formação nos pressupostos da Educação Popular. Das experiências reivindicatórias conquistaram cursos de Pedagogia que abordam a educação Popular com diferentes temáticas, construídas com o Movimento Popular e Universidades (Uergs³, Pucrs⁴, Ipa⁵).

Embora as conquistas sejam em número pequeno, em significado apontam possibilidades de repensarmos caminhos para construir uma formação coerente com a linha da Educação Popular. Ou seja, não bastaria apenas uma mudança nas disciplinas dos cursos, mas da organização do curso num todo (horário, componente curricular, proposta, etc.), que possam garantir as educadoras e educadores, sobretudo/a para aqueles que trabalham o direito ao acesso com permanência no lugar em que busca aprender, mas também ensina ao aprender.

³ Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

⁴ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

⁵ Instituto Porto Alegre – Centro Universitário Metodista IPA.

Parece-nos que a necessidade de construirmos uma formação de educadores/as pesquisadores/as é consenso, pelo menos entre a maioria dos/a educadores/as brasileiros/as. Então, porque ainda temos cursos que impossibilitam a relação formação-pesquisa?

Diante disto, cabe nos questionarmos sobre os cursos a distância ou aligeirados. Nestes, qual seria o lugar da pesquisa tendo em vista que falamos de uma pesquisa dialógica e participante?

Certamente a materialização desse pleito convoca-nos a enfrentarmos muitos desafios. Um deles é o de não perdermos a esperança de reinventarmos a Educação Popular e a Formação de Educadores/as, bem como, de permanecermos questionando, encontrando respostas e lutando (não nos cansarmos de fazer perguntas, encontrar respostas e lutar) por uma educação radicalmente crítica e popular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AEPPA. *Referencial histórico*. Disponível : <http://aeppa-poa.blogspot.com>. Acesso em 10/03/2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues & STRECK, Danilo Romeu. (organizadores). *Pesquisa participante: o saber da partilha*. Aparecida, Sp : idéias e Letras, 2006a.

BRANDÃO, Carlos R. *O que é Educação Popular*. SP, Brasiliense, 2006b.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A Educação Popular na escola cidadã*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

BRASIL. *Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394 de 23 de dezembro de 1996.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano; MAZZA, Débora. *Na escola que fazemos: uma reflexão interdisciplinar em Educação Popular*, Petrópolis: Vozes, 1988.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. *Por uma Pedagogia da Pergunta*, Rio e Janeiro: Paz e Terra, 1998. (Coleção Educação e Comunicação: v. 15).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir. *Escola Pública Popular: Educação Popular e Políticas Públicas no Brasil*. XVIII International Congress: Latin American Studies Association, Atlanta, Georgia, 1994.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 38. Ed. Campinas: Autores Associados, 2006. (Coleção polêmicas do nosso tempo, v. 5).

SAVIANI, Dermeval. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. Campinas/SP: Autores Associados, 2007.

TRIVIÑOS, Nivaldo Silva. *A Formação do Educador como Pesquisador*. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2003.

ZITKOSKI, Jaime Jose. *A Pedagogia Freireana e suas bases filosóficas*. In Leituras de Paulo Freire: Contribuições para o debate pedagógico contemporâneo. SILVEIRA, da Tejada Fabiane GHIGGI, Gomercindo; PITANO, Sandro de Castro (org.). Pelotas: Seiva, 2007.

VALE Ana Maria. *Educação Popular na Escola Pública*. 4ª ed. São Paulo, Cortez, 2001.